

A identificação do inimigo

Glenn Brandy

GILBERTO PAIM

Um brasileiro com escritório em Moscou informa que o salário médio do trabalhador na construção civil, naquela cidade, passou de cem dólares mensais, em janeiro, para mil dólares, agora. O mercado determinou esse aumento, que é duradouro, ao contrário dos aumentos impostos por decreto, que têm duração de fogo de palha.

Custa a baixar à consciência das lideranças políticas a verdade já cristalizada de que a inflação elimina os efeitos de decisões oficiais contrárias à realidade do mercado. Tão cedo não será unânime esse entendimento por parte das lideranças políticas do país. Assistimos agora à movimentação de poderosa ala feminina do PSDB, que se proclama em aliança ou em lua-de-mel com a sua contraparte do PT, quando saúda o projeto de lei petista que eleva o salário-mínimo para cem dólares mensais. A promessa de gasolina na fogueira está na intenção do Planalto de sancionar sem vetos o projeto, se aprovado pelo Congresso, o que pode criar para o presidente eleito uma situação bastante desconfortável.

Embora credor de indulgência perpétua, pois sua estrondosa vitória preservou a Nação de experiência política funesta, o presidente Fernando Henrique pode ser conduzido à perda de tempo precioso na busca de acordos políticos que afundarão na mediocridade o seu programa de governo. Enquanto estiver dedicado à procura de consenso, o adiamento de medidas corretas contra focos de inflação poderá distanciá-lo das grandes massas populares, cuja fidelidade está condicionada ao valor estável da moeda.

A hora da verdade do presidente parece estar próxima. Poucas vezes na evolução política do país a sociedade brasileira guardou em seu espí-

rito a imagem de um estadista com desenho semelhante ao da figura atual de Fernando Henrique, que a muitos parece um político do Primeiro Mundo. A maioria dos brasileiros deseja conservar essa visão do eleito, se ele a alimentar com atos concretos em defesa do real, agora sujeito a equilíbrio instável. E certamente a História há de tratá-lo de modo especial, se ele cumprir a promessa de reformar o Estado. Mas, para cumpri-la, precisará de redobrado apoio de seus 35 milhões de eleitores. Pois seus assessores podem perturbar-lhe a marcha ascensional, ao comprometerem Fernando Henrique com a manutenção do papel do Estado "como produtor de bens e serviços em áreas estratégicas" ("Mãos à obra, Brasil", página 202). Estariam salvos os monopólios e suas corporações de sanguessugas se o eleito do povo seguisse a regra, que não passa de contrabando estatizante levado às páginas de seu programa de governo.

Para corresponder à expectativa do eleitorado, o criador do real não pode perder tempo no esforço por identificar o inimigo. O trecho lido acima conduz à crença de que o inimigo é o exército de adversários do Estado como empresário monopolista, quando o Estado caracterizado desse modo é simultaneamente o maior inimigo da moeda estável e do Governo eficiente.

O inimigo é o empresário ou o burocrata? O Governo dará importante passo à frente na promoção da rebaixa dos custos e dos preços se conferir imunidade ao empresário contra a burocracia corrupta que o atormenta em todo e qualquer contato com o poder público. Haverá aumento da receita e redução dos custos e dos preços se forem contemplados com prêmios os empresários que resistam ao assédio de fiscais de departamentos de todos os níveis, os quais atuam como cobradores de impostos para si e não para o Erário. A sonegação precisa ser redefinida, já que o representante do Tesouro recebe parte do imposto devido. Nessa área, a reforma da administração pública exige uma ampla renovação do fun-

cionalismo. Verifica-se, pois, que, enquanto o Estado não souber identificar a causa do azedume que predomina nas relações das empresas com o poder público, o empresário continuará pouco inclinado a se passar com armas e bagagens para o lado do Governo.

É típico da social-democracia subdesenvolvida da América Latina supor que distribuição de renda se faz com aumentos salariais por decreto. No futuro imediato, parece inevitável o exercício de influência do PSDB feminino e do PT feminino para tornar complacente a política trabalhista do Governo nas negociações para pôr fim às greves ou para facilitar a conclusão de acordos coletivos de trabalho. Mais uma vez a opinião pública estará atenta para fazer avaliação objetiva da capacidade presidencial no tocante à identificação do inimigo. Se na hora dos conflitos trabalhistas o presidente Fernando Henrique não chegar a ser acusado de responsável por algum arrocho salarial, o eleitorado poderá dar adeus ao sonho da moeda estável. Estaremos então no reino das concessões salariais descabidas, como as feitas aos petroleiros, que agora servem de base às reivindicações de outras categorias e tendem a reacender a fogueira da inflação.

Nos primeiros meses de seu governo, Fernando Henrique talvez enfrente dificuldades imprevistas, precisando, para se livrar de pressões indesejáveis, de um apoio popular tão firme quanto o que lhe deu a vitória no primeiro turno. Sentindo-se amparado na opinião pública, o presidente fará o impossível para conservar ou resgatar a estabilidade da moeda, se esta se perder na voragem da crise que se avizinha. Ao agitar a flâmula de vencedor, Fernando Henrique há de exibir a guitarra do Banco Central como a fonte verdadeira da inflação, identificando entre os principais inimigos do bem-estar coletivo o desrespeito ao direito de propriedade, o Estado empresário, os aumentos de salário por decreto e o burocrata ávido de suborno.

Gilberto Paim é jornalista.

O GLOBO

20 NOV 1994